



EQUÍVOCOS E ESQUECIMENTOS

ENSINO SUPERIOR • jul/ago/set e out/nov/dez 2023

A Ciência e a Educação Superior são hoje indissociáveis da palavra precariedade.

Para os que não estão ainda familiarizados com o conceito de precariedade na Ciência, uma analogia fácil: imaginem que na carreira docente só se atribuíam contratos sem termo aos professores associados (ou aos professores coordenadores) e todos os outros, auxiliares ou adjuntos, permaneciam eternamente impedidos de aceder a um contrato sem termo e obrigados, de 5 em 5 anos, a voltar a candidatar-se a nova posição de docente, com uma taxa de sucesso de 8%. É assim que vivem, na sua enorme maioria, os investigadores.

Apesar deste cenário, com infeliz regularidade, vemos aqueles que têm responsabilidades governativas, fazer aqui e ali um elogio à precariedade, uma referência à

necessidade de haver precariedade na ciência para que se promova um nível crescente de produção científica, ou uma justificação da inevitabilidade da precariedade na ciência, promovendo-se assim a normalização e banalização do inaceitável.

O elogio da precariedade é, no entanto, construído sobre um conjunto de equívocos e esquecimentos que passo a descrever:

1) O primeiro é o equívoco da produtividade.

Terá havido tempos em que a precariedade poderá ter sido força motriz para que os investigadores produzissem tanto quanto lhes era possível, convencidos de que esse era um caminho que seria reconhecido e recompensado com uma posição sem termo na Instituição de Investigação ou de Ensino Superior em que se integravam. Mas depois de dois, três,



TERESA SUMMAVIELLE

VICE-PRESIDENTE DO SNESUP

INVESTIGADORA PRINCIPAL NO I3S, UP
DIRETORA DO GRUPO DE INVESTIGAÇÃO ADDICTION BIOLOGY, I3S, UP

PROF.^a ADJUNTA CONVIDADA NA ESS.PP
DOCENTE EXTERNA NA FMUP E ICBAS, UP

TESOUREIRA DA SOCIEDADE PORTUGUESA NEUROCIÊNCIAS (SPN)



ESQUERDA.NET/VISUALHUNT.COM

36%

Números de 2019 (ou seja, pré-pandemia), publicados na revista Nature, revelam problemas de ansiedade e depressão em 36% dos investigadores, indicando como principal fator a excessiva exigência do seu trabalho, face à incerteza de uma recompensa futura.

quatro (por vezes mais) contratos a termo, a exposição repetida à desresponsabilização das Instituições pelo destino dos seus investigadores, desmorona qualquer esperança de mudança e tem um impacto inevitavelmente negativo na motivação para produzir.

Além disso, na verdade, um investigador, a partir da segunda metade do seu contrato a termo, desperdiça grande parte da sua energia na busca de uma nova posição, dedicando-se a candidaturas sem fim, com inevitável quebra de produtividade.

Não é, pois, verdade que a precariedade promova a produção científica.

- 2) O segundo ponto refere-se a um esquecimento grave.

Quando permitimos que um doutorado

permaneça como bolseiro, e que transite de bolsa em bolsa sem lhe darmos oportunidade de ter um contrato de trabalho, esquecemo-nos que isto compromete severamente a sua carreira contributiva e o condena a dificilmente poder aspirar a uma reforma digna. Contratar doutorados com recurso a bolsas pode parecer muito atrativo para o orçamento dos nossos projetos, mas é imensamente negativo para o investigador.

- 3) O terceiro ponto é também um esquecimento: O impacto da precariedade na saúde mental.

Além das inevitáveis preocupações associadas à precariedade em si e à ausência de perspectiva de futuro, a imposição constante de metas elevadas na produção científica, a pressão para publicar com



alto impacto e as dificuldades na obtenção de financiamento, são agentes de stress crónico. É óbvio que estas exigências afetam também os investigadores não precários, mas em precariedade, o impacto na saúde mental é sempre superior.

Números de 2019 (ou seja, pré-pandemia), publicados na revista *Nature*, revelam problemas de ansiedade e depressão em 36% dos investigadores, indicando como principal fator a excessiva exigência do seu trabalho, face à incerteza de uma recompensa futura.

- 4) O quarto ponto é um equívoco resultante de más praticas de avaliação na Ciência.

O enfoque excessivo em métricas de *performance* é um problema para o qual todos temos contribuído, e pelo qual somos quase tão responsáveis como as atuais políticas de Ciência, as agências de financiamento e os dirigentes das instituições académicas. Os maiores beneficiados com estas más praticas são os grupos económicos que controlam as publicações de maior impacto.

Neste contexto, saúda-se o acordo recentemente assinado pela Comissão Europeia, visando a reforma do sistema de avaliação científica, esperando que possa cumprir o seu principal propósito: avaliar com base em parâmetros de qualidade e impacto num sentido lato, e não com base em métricas de natureza duvidosa.

- 5) O quinto ponto é um equívoco que consiste em assumir que a rotatividade e mobilidade são sempre positivas.

Não me refiro aqui ao jovem doutorando que desenvolve parte do seu trabalho noutra país, ou ao jovem recém doutorado que vai para fora durante algum tempo. Esse tipo de mobilidade é, à partida, claramente positivo.

Refiro-me sim, aos custos pessoais e familiares que a mobilidade acarreta para os que já têm uma família, e que para conseguir continuar a fazer ciência são forçados a emigrar. Não esqueçamos que grande parte dos investigadores precários em Portugal têm cerca de 40 anos.

Refiro-me ainda ao mau investimento que a perda destes investigadores representa para o país.

Sejamos, pois, cautelosos com o conceito de mobilidade.

- 6) Em sexto lugar um esquecimento perigoso.

A precariedade é reconhecidamente um fator de limitação à autonomia científica e à liberdade de expressão. É também, com frequência, um fator de discriminação negativa, um impedimento à participação plena na vida das instituições e um fator limitante da capacidade reivindicativa.

Em suma, a precariedade é antide-mocrática.

- 7) E por fim, um último esquecimento.

Quem advoga a beleza da precariedade, esquece que deve fazê-lo de forma coerente! Ou seja, abdicando do seu confortável lugar permanente e propondo-se a concurso na FCT.

Em Portugal a precariedade surge, com a dimensão que hoje assume, em 2007/2008 com o primeiro programa Ciência, mas o seu momento mais infeliz é o que atravessámos nos últimos 5 anos, fruto de uma política de contratação irresponsável e sem um plano a médio ou longo prazo.

Atualmente o universo de doutorados contratados precariamente é composto por aproximadamente:

- 30% de investigadores contratados no âmbito da Norma Transitória do DLS7 de 2016;

A precariedade é reconhecidamente um fator de limitação à autonomia científica e à liberdade de expressão.

De outro ângulo, verifica-se que apenas 11% estão contratados em categorias equiparadas às previstas no Estatuto da Carreira de Investigação (ECIC), o que significa que quase 90% destes investigadores estão contratados como investigadores juniores, categoria que não existe na Carreira de Investigação.

- 30% de investigadores contratados através de apoios CEEC individuais ou institucionais;
- 30% de investigadores contratados dentro de projetos de investigação de várias origens.
- e, ainda, lamentavelmente, 10% de doutorados contratados como bolseiros.

De outro ângulo, verifica-se que apenas 11% estão contratados em categorias equiparadas às previstas no Estatuto da Carreira de Investigação (ECIC), o que significa que quase 90% destes investigadores estão contratados como investigadores juniores, categoria que não existe na Carreira de Investigação. Estes números revelam ainda que: i) comparando com o final de 2019, temos hoje cerca de menos 25% de doutorados contratados (um número indeterminado dos quais terá abandonado a ciência); ii) Relativamente aos números de hoje, no final de 2024 teremos expectavelmente menos 25% de doutorados contratados, e no final de 2025, menos 60%.

Era isto uma inevitabilidade? Se continuarmos a tratar a contratação de doutorados como bolas de sabão, que encham e reventam ao sabor da disponibilidade de financiamento, inventando categorias de contratação fora da carreira, e não disponibilizando verbas que permitam responsabilizar as Instituições pela gestão e definição dos seus quadros de investigadores, será sempre uma inevitabilidade.

Sabemos qual é a dimensão de contratação de investigadores a que devemos/podemos aspirar?

Não sabemos porque a Ciência não é uma prioridade nacional. Crescemos e encolhemos ao sabor da disponibilidade dos fundos europeus, sem definir metas claras, sem traçar claramente o crescimento anual que nos permitirá alcançar os 3% do PIB em 2030, e sem nos consciencializarmos que só um investimento público consistente nos pode tornar verdadeiramente competitivos internacionalmente.

É inútil continuar a inventar “Vias para o Emprego Científico” como as propostas pelo ex-ministro Manuel Heitor, sem se criar estabilidade e horizonte no investimento em Ciência. A gestão adequada da contratação de investigadores deve pesar na avaliação das Instituições. Faça-se depender o acesso ao financiamento e a avaliação das Instituições, também da forma como valorizam os seus quadros, e a mudança será possível. Se para isso precisamos de um horizonte de financiamento a 10 ou mais anos, então, devemos todos - precários, não precários e dirigentes -, empenharmo-nos na obtenção de um pacto multi-partidário que permita garantir esse horizonte e o futuro da Ciência em Portugal. •